

# Pandemia. Um Outono diferente?

## Opinião



**José Fernandes e Fernandes**

*Não desperdices lágrimas frescas em dores passadas.*  
Eurípides

I. Há um ano, o Verão foi de expectativa e de esperança. Terminara o confinamento, o martelo, como Thomas Pueyo, autor de *The Hammer and the Dance*, designou então como a estratégia de contenção, aplanara a curva do aumento exponencial de infectados. O sobressalto do Outono e depois a situação trágica do início deste ano de 2021 pareciam improváveis, não obstante avisos à navegação. O mesmo autor fez recentemente uma análise crítica do ano que passou, em que mostra que o conjunto Europa e EUA quase controlaram a progressão da pandemia até Setembro, mas a partir do Outono tudo se complicou.

A realidade foi dura: cerca de 1.400.000 mortes, certamente nem todas só pela infecção, algumas de portadores de outras doenças graves onde o SARS-CoV-2 perturbou o equilíbrio vital precário da sua existência. Bem diferente no Extremo Oriente e Australásia, onde os dados mencionados no gráfico traduzem outro mundo. Nos EUA, 735 mil mortes relacionadas com a covid-19, mais do que as cerca de 660 mil de todas as guerras travadas pelos norte-americanos desde II Guerra Mundial, incluída, são mencionadas no artigo. Como entre nós, onde a mortalidade associada à pandemia ultrapassou, num ano, a causada por 13 anos de guerra em África, como o vice-almirante Gouveia e Melo bem acentuou.

O que falhou então no mundo ocidental? Resumidamente:

i) descoordenação nas políticas de confinamento e abertura da sociedade ii) insuficiência nas políticas de testagem, identificação e isolamento dos portadores (*test/trace/isolate*) iii) descoordenação europeia na abertura das fronteiras, facilitando a difusão de novas variantes do vírus iv) comunicação pública inadequada e informação contraditória causando perplexidade do uso de máscaras ou do distanciamento pessoal, das autorizações de ajuntamentos e manifestações e encerramento de actividades, frequentemente conduzindo ao resultado oposto



que se pretendia v) ausência de políticas de transportes públicos, que continuaram insuficientes e mal programados.

2. Valerá a pena revisitar o passado? Certamente. Não para verter lágrimas inúteis como sugeria Eurípides, mas para que não se repitam erros. É, também, um dever irrecusável da responsabilidade pública e da cidadania exigente e empenhada. Entre nós, as discrepâncias entre o Ministério da Saúde, o sistema de saúde e o tecido científico nacional foi o erro principal.

Como a não criação, desde o início da pandemia, de uma aliança para a covid-19 com liderança independente, de currículo indiscutível, capaz de suscitar mobilização de competências e parcerias com o sistema público, num esforço coordenado e inteligente. E, também, para a avaliação e monitorização rigorosa da evolução da situação, com actualização permanente das normas de intervenção, acompanhando o desenvolvimento do conhecimento e promovendo a sua generalização a todo o país. Certamente preferível e mais útil que o relato diário de ocorrências em inenarráveis conferências de imprensa que só confundiam, assustavam e dificultavam a perspectiva da situação.

A notícia recente sobre as variações de mortalidade entre as diferentes regiões do país é preocupante. Há interrogações que requerem resposta: i) foram estabelecidas normas de actuação

terapêutica aplicáveis em todo o país ou privilegiaram-se estratégias regionais e autonomias institucionais? ii) as carências conhecidas em recursos humanos e materiais reflectiram-se em eficiências regionais diferentes? iii) subgrupos populacionais com mais comorbilidades predominavam em algumas regiões? A sua clarificação é imprescindível, para que os portugueses saibam e confiem que, independentemente do seu local de residência, terão sempre acesso ao *state of the art* para os tratamentos necessários. (...)

Sobre o modelo de diálogo entre a ciência e o poder político consubstanciado nas reuniões do Infarmed, já muito se escreveu: faltou mediação efectiva que proporcionasse síntese das diferentes contribuições científicas, para poder habilitar os políticos a tomar as decisões necessárias. E também não estou isolado nesta crítica. (...)

Onde esteve a política ao longo deste ano de sofrimento para esse exercício de *accountability*, de escrutínio político das decisões tomadas e propondo soluções alternativas? Não é essa a essência da democracia? *Despolíticação do discurso político sobre a pandemia* como omissão deliberada e consequência do cerceamento de liberdades? Será mesmo isso? Ou, pelo contrário, impreparação, comodismo, acomodação ao autoritarismo e à propagação, uma idiossincrasia bem nacional.

3. Vencer a pandemia ou aprender a conviver com o



**Onde esteve a política ao longo deste ano de sofrimento para esse exercício de accountability?**

SARS-CoV-2? Uma nova realidade modulou, na boa direcção, as inquietações deste Verão. O programa de vacinação tem sido um sucesso e alterou o paradigma de enquadramento das políticas face à pandemia. A colaboração das Forças Armadas foi indispensável para vencer o ensimesmamento e auto-suficiência do poder na saúde e cujo balanço rigoroso está ainda por fazer. Alguma vez haverá coragem e espaço para esse exercício? Dúvida. (...)

A vacinação fez toda a diferença e esse foi realmente o grande passo dado no combate à pandemia.

Sabemos, as suas vantagens: i) protecção dos cidadãos, com redução da mortalidade e das formas mais graves da doença ii) redução da circulação do vírus na comunidade, memorizando o risco de novas variantes iii) diminuição da sobrecarga sobre os serviços de saúde, impedindo o seu colapso. A duração da protecção

vacinal é importante?

Explicaram-nos, e bem, como os dois sistemas de defesa imunitária, a humoral e a celular, actuam em complementaridade, sendo a memória celular mais duradoura e capaz de prevenir formas graves da doença, menor hospitalização e redução da mortalidade. Mesmo contra as novas variantes como a Delta, o efeito protector das vacinas para a redução da mortalidade e morbilidade é significativo.

Continuará a haver infecções? Altamente provável, mas menos graves e talvez sem as necessidades de *lockdown* da actividade e da economia. Mas precisamos de não descontinuar abruptamente as medidas preventivas!

Como clínico, não posso deixar de reconhecer duas coisas. A primeira é que uma intervenção profiláctica com 80 a 90% na redução de mortalidade e ocorrência de complicações graves aos seis meses após a inoculação da vacina e na ausência de uma terapêutica etiológica – isto é, dirigida à causa da doença – e com um número reduzidíssimo de efeitos adversos é seguramente uma mais-valia muito significativa.

Mais do que a erradicação da doença, será porventura necessário aprender a viver com ela, recorrendo à revacinação, como acontece na gripe, e prevenindo as situações potenciadoras de alta probabilidade de contaminação.

4. Que objectivos para a vacinação? Podemos tranquilizar-nos com as elevadas percentagens conseguidas de vacinados? A doença covid-19 é um problema global. Novas variantes provenientes das grandes bolsas de não-vacinados, verdadeiro reservatório de vírus e de novas mutações, são verdadeiras armas apontadas ao nosso ainda frágil equilíbrio. Se o problema da covid-19 é global, então só poderemos falar de imunidade de grupo se for global e para toda a população mundial.

Nenhum país é nenhuma sociedade serão, no tempo actual, ilhas isoladas de sucesso e prosperidade. *No one is an island*, como no poema de John Donne que Hemingway usa como inspiração no livro *Por Quem os Sinos Dobram*. E esse é o grande desafio, que requer política inteligente, determinada e coordenada internacionalmente. (...)

Um Outono e Inverno diferentes de 2020? Sim, se não insistirmos nos mesmos erros...

**Professor catedrático da FMUL**